

Nunes reorganiza Subprefeituras e redefine estrutura administrativa

Decreto altera cargos, funções e áreas estratégicas da gestão territorial da cidade

Divulgação/Prefeitura de São Paulo

A Prefeitura de SP promoveu uma reestruturação na Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB) por meio do Decreto nº 65.089, publicado em 13 de abril de 2026 no Diário Oficial. A medida altera a organização interna da pasta, modifica a denominação de setores e redefine a distribuição de cargos em comissão, impactando diretamente a gestão territorial.

Responsáveis pela execução de serviços urbanos essenciais, como manutenção viária, zeladoria, fiscalização e pequenas obras, as subprefeituras exercem papel central no funcionamento cotidiano da capital. Qualquer mudança na estrutura administrativa tende a refletir diretamente na capacidade de resposta às demandas locais dos bairros.

O decreto estabelece reorganização que envolve tanto a criação quanto a reformulação de áreas internas, com foco em otimizar a gestão operacional. Entre os pontos de destaque está o fortalecimento de setores ligados à execução de obras e intervenções urbanas, incluindo atividades voltadas à mobilidade, acessibilidade e manutenção de estrutura em bairros e vias secundárias.

Na prática, a medida é uma tentativa de ampliar a eficiência na execução de serviços descentralizados, aproximando a tomada de decisão das regiões administrativas. Ao redistribuir competências e ajustar funções estratégicas, a Prefeitura quer dar mais autonomia operacional às subprefeituras, que passam a



Decreto da Prefeitura envolve tanto a criação quanto a reformulação de áreas

ter papel mais relevante na implementação de políticas públicas.

Por outro lado, a reestruturação também envolve mudanças na estrutura de cargos comissionados, o que levanta debates sobre critérios de nomeação e equilíbrio político na administração pública. Embora o decreto não trate diretamente de diretrizes de governança, a reorganização administrativa abre espaço para uma recomposição interna que pode influenciar a dinâmica de poder nas regiões da cidade.

Outro aspecto é a padronização e reorganização de áreas técnicas,

que pode contribuir para maior integração entre planejamento e execução. Ao alinhar setores responsáveis por projetos, obras e fiscalização, a gestão municipal tende a reduzir sobreposições de atribuições e gargalos operacionais que impactam a entrega de serviços.

Especialistas em administração pública apontam que mudanças estruturais desse tipo costumam ter efeitos graduais, dependendo da forma como são implementadas na prática. A eficácia da medida estará diretamente ligada à capacidade de coordenação entre as subprefeituras.

O decreto entrou em vigor na data de sua publicação e passa a orientar a organização interna da Secretaria Municipal das Subprefeituras. A expectativa é que as mudanças sejam implementadas de forma progressiva, com impactos perceptíveis na rotina dos serviços urbanos ao longo dos próximos meses.

A reconfiguração dos cargos comissionados prevista no decreto também tende a ter efeitos diretos na dinâmica interna das subprefeituras. A redistribuição dessas funções, que são de livre nomeação, abre espaço para ajustes na ocupa-

ção de postos estratégicos, como chefias de gabinete, coordenações e diretorias regionais. Na prática, isso pode resultar tanto em maior alinhamento entre a gestão central e as unidades locais quanto em uma acomodação política dentro da administração municipal.

Esse tipo de mudança costuma influenciar a capacidade de execução das subprefeituras, já que cargos de comando têm papel decisivo na definição de prioridades, no ritmo das obras e na articulação com outras áreas da Prefeitura. Dependendo dos critérios adotados nas nomeações, o impacto pode ser positivo, com ganho de eficiência e integração, ou gerar ruídos operacionais. Além disso, a reorganização pode afetar diretamente o atendimento à população, já que equipes e fluxos internos passam por ajustes. Em regiões com maior demanda por serviços urbanos, qualquer alteração na estrutura de comando pode refletir na velocidade de resposta a problemas cotidianos, como manutenção viária, zeladoria e fiscalização.

Embora o decreto tenha caráter administrativo, a nova estrutura contempla áreas responsáveis por obras e intervenções urbanas nas subprefeituras, incluindo ações ligadas à mobilidade local. Essas atividades envolvem melhorias em calçadas, acessibilidade, vias secundárias e espaços de circulação de pedestres. Na prática, a reorganização pode ampliar a capacidade de execução de intervenções de mobilidade.

Novo Terminal Varginha integra ônibus e trem

Sergio Barzaghi/PrefSP

A Prefeitura de SP e o Governo do Estado inauguraram nesta segunda-feira (13) o Terminal Estação Varginha, no extremo Sul da capital. A nova estrutura foi projetada para conectar diretamente os ônibus à Estação Varginha da Linha 9-Esmeralda, melhorando a integração entre modais e reduzindo o tempo de deslocamento dos passageiros.

Com cerca de 10 mil metros quadrados, o terminal deve atender aproximadamente 80 mil pessoas por dia. A proposta é simplificar os trajetos, evitando baldeações longas e diminuindo o tempo gasto nas viagens diárias da população local.

O equipamento faz parte de um conjunto de intervenções voltadas à mobilidade no extremo Sul, área marcada por desafios geográficos e alta demanda por transporte público. A obra contou com investimento de R\$ 115 milhões.

A reorganização do sistema



Inauguração do Terminal Estação Varginha

prevê que o terminal antigo continue operando linhas estruturais, enquanto o novo concentrará linhas alimentadoras, que levam passageiros dos bairros até o sistema de trilhos.

A operação começa de forma gradual a partir desta terça-feira

(14), com inclusão de novas linhas prevista para maio. O terminal conta com seis plataformas, acessibilidade completa, bicicletário e integração tarifária por meio do Bilhete Único, permitindo transferências sem custo adicional dentro do período estabelecido no bilhete.

Prefeito decide troca de modelo do VLT

A Prefeitura de São Paulo decidiu alterar o modelo de transporte previsto para a região central da cidade e passou a considerar a implantação de um sistema conhecido como “bonde digital” no lugar do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). A mudança envolve a adoção de uma tecnologia que dispensa trilhos físicos e utiliza sensores e sinalização no asfalto para guiar os veículos.

O novo modelo, chamado de Bonde Urbano Digital (BUD), é baseado em soluções desenvolvidas na China e combina características de ônibus elétricos com sistemas de transporte guiado. A proposta está em análise no âmbito da Prefeitura e já foi encaminhada a órgãos de controle.

Entre os argumentos apresentados para a substituição do VLT está a redução de custos. A estimativa é que o investimento necessário para o novo sistema

seja significativamente menor em comparação ao modelo anterior, além de permitir maior flexibilidade na implantação.

A mudança também leva em conta aspectos técnicos, como a adaptação do sistema às condições viárias da região central, incluindo inclinações e limitações estruturais que poderiam impactar a operação de um VLT convencional.

Apesar das vantagens apontadas, a substituição do modal levanta discussões sobre a capacidade de transporte e a eficiência do novo sistema. Especialistas indicam que o desempenho do bonde digital pode depender da existência de infraestrutura adequada, como faixas exclusivas para evitar interferências do tráfego.

A proposta prevê a utilização do sistema para atender corredores estratégicos, com o objetivo de melhorar a circulação e ampliar a oferta de transporte público.